

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	19
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	20
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Relatório da Administração	23
----------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva	46
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	48
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	50
Motivos de Reapresentação	51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.504.967
Preferenciais	0
Total	12.504.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	01/02/2011	Outros	01/02/2011	Ordinária		12.504.967,00000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	1.075.095	368.239	334.299
1.01	Ativo Circulante	7.816	8.747	7.811
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214	374	348
1.01.03	Contas a Receber	5.475	6.089	5.179
1.01.03.01	Clientes	0	1.713	1.713
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.475	4.376	3.466
1.01.04	Estoques	1.142	2.284	2.284
1.01.06	Tributos a Recuperar	985	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	985	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.067.279	359.492	326.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	790.760	102.095	100.135
1.02.01.03	Contas a Receber	433.717	14.684	6.828
1.02.01.03.01	Clientes	418.944	0	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.773	14.684	6.828
1.02.01.06	Tributos Diferidos	257.058	0	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	257.058	0	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	99.985	87.411	93.307
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	99.985	87.411	93.307
1.02.02	Investimentos	170.744	145.647	157.742
1.02.02.01	Participações Societárias	170.744	145.647	157.742
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	170.744	145.647	157.742
1.02.03	Imobilizado	105.775	111.750	68.611

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	1.075.095	368.239	334.299
2.01	Passivo Circulante	42.512	38.066	56.857
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.474	12.679	20.260
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.474	12.679	20.260
2.01.02	Fornecedores	4.400	4.197	130
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.400	4.197	130
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.931	18.491	26.538
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.981	18.491	26.538
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16.677	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	273	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	0	411	1.910
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	411	1.910
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	411	1.910
2.01.06	Provisões	4.707	2.288	8.019
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	2.288	8.019
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	2.288	8.019
2.01.06.02	Outras Provisões	4.707	0	0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.336	0	0
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	3.371	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.265.101	781.869	769.892
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	507.189	628.086	628.832
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	507.189	628.086	628.832
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	507.189	628.086	628.832
2.02.02	Outras Obrigações	270.729	84.305	81.143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	270.729	84.305	81.143
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	270.729	84.305	81.143
2.02.04	Provisões	68.239	69.478	59.917
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	69.478	59.917
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	69.478	59.917

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.04.02	Outras Provisões	68.239	0	0
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.343	0	0
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	62.896	0	0
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	418.944	0	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	418.944	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	-232.518	-451.696	-492.450
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000	41.000
2.03.02	Reservas de Capital	3.746	3.746	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	0	11.491
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-277.264	-496.442	-544.941

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	268	3.973
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-777	-23.133
3.03	Resultado Bruto	0	-509	-19.160
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	19.029	11.044	43.179
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-9.972	-9.071
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.988	-3.881	-5.210
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	19.059	8.513	73.164
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.958	16.384	-15.704
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.029	10.535	24.019
3.06	Resultado Financeiro	-56.836	-23.933	-77.879
3.06.01	Receitas Financeiras	30.219	17.244	69.869
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.055	-41.177	-147.748
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-37.807	-13.398	-53.860
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.411	0	0
3.08.02	Diferido	6.411	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-31.396	-13.398	-53.860
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-31.396	-13.398	-53.860
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	-31.396	-13.398	-53.860
4.03	Resultado Abrangente do Período	-31.396	-13.398	-53.860

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-36.863	-21.272	-62.245
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	201.269	-5.159	-32.413
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-238.132	-16.113	-29.832
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.083	12.095	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	37.787	9.203	62.478
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-159	26	233
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	374	348	115
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	215	374	348

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-31.396	269.505	238.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.396	0	-31.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	269.505	269.505
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	269.505	269.505
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.746	0	-3.746	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.746	0	-3.746	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	11.491	0	-544.941	0	-492.450
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	11.491	0	-544.941	0	-492.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.398	54.152	40.754
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.398	0	-13.398
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	54.152	54.152
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	54.152	54.152
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-7.745	0	7.745	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.746	0	-3.746	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-11.491	0	11.491	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	3.746	0	-550.594	54.152	-451.696

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	12.391	0	-491.981	0	-438.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	12.391	0	-491.981	0	-438.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.860	0	-53.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.860	0	-53.860
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-900	0	900	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-900	0	900	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	11.491	0	-544.941	0	-492.450

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	0	8.959	52.460
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	446	5.680
7.01.02	Outras Receitas	0	8.513	46.780
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	16.087	-777	9.813
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-777	-11.935
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	16.087	0	21.748
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.087	8.182	62.273
7.04	Retenções	-5.523	-2.543	-8.720
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.523	-2.543	-8.720
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.564	5.639	53.553
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	54.177	33.628	54.168
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.958	16.384	-15.704
7.06.02	Receitas Financeiras	30.219	17.244	69.872
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	64.741	39.267	107.721
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	64.741	39.267	107.721
7.08.01	Pessoal	9.080	11.310	11.518
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2	178	1.377
7.08.02.01	Federais	2	178	1.377
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.055	41.177	148.686
7.08.03.01	Juros	87.055	41.177	148.686
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-31.396	-13.398	-53.860
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-31.396	-13.398	-53.860

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	804.367	135.182	106.417
1.01	Ativo Circulante	7.817	8.748	7.911
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	215	375	409
1.01.03	Contas a Receber	985	2.128	1.882
1.01.03.01	Clientes	0	1.713	1.713
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	985	415	169
1.01.04	Estoques	1.142	2.284	2.284
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.475	3.961	3.336
1.01.08.03	Outros	5.475	3.961	3.336
1.02	Ativo Não Circulante	796.550	126.434	98.506
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	690.775	14.684	6.828
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	14.684	6.828
1.02.01.03	Contas a Receber	433.717	0	0
1.02.01.03.01	Clientes	418.944	0	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.773	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	257.058	0	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	257.058	0	0
1.02.02	Investimentos	0	0	23.049
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	0	23.049
1.02.03	Imobilizado	105.775	111.750	68.629
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	105.775	111.750	68.629

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	804.367	135.182	106.417
2.01	Passivo Circulante	39.828	36.405	49.534
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.819	13.012	20.631
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.819	13.012	20.631
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.269	18.781	26.742
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.098	18.781	26.742
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	18.781	26.742
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16.875	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	296	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.404	4.201	130
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.404	4.201	130
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.404	4.201	130
2.01.05	Outras Obrigações	0	411	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	411	0
2.01.06	Provisões	1.336	0	2.031
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	2.031
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0	2.031
2.01.06.02	Outras Provisões	1.336	0	0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.336	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	997.056	550.473	549.333
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	507.257	395.029	404.978
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	507.257	395.029	404.978
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	507.257	395.029	404.978
2.02.02	Outras Obrigações	0	84.567	81.143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	84.567	81.143
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	0	84.567	81.143
2.02.04	Provisões	70.855	70.877	63.212
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	70.877	63.212
2.02.04.02	Outras Provisões	70.855	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.343	0	0
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	65.512	0	0
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	418.944	0	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	418.944	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-232.517	-451.696	-492.450
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000	41.000
2.03.02	Reservas de Capital	3.746	3.746	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	0	11.491
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-277.263	-496.442	-544.941

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	268	3.956
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-777	-23.133
3.03	Resultado Bruto	0	-509	-19.177
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.328	12.481	42.811
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-9.414	-9.444
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.988	-2.412	-5.205
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	19.059	7.923	73.164
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.257	16.384	-15.704
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.328	11.972	23.634
3.06	Resultado Financeiro	-40.135	-25.370	-77.494
3.06.01	Receitas Financeiras	30.219	17.244	52.465
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.354	-42.614	-129.959
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-37.807	-13.398	-53.860
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.411	0	0
3.08.02	Diferido	6.411	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-31.396	-13.398	-53.860
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-31.396	-13.398	-53.860
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-31.396	-13.398	-53.860
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-31.396	-13.398	-53.860
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-31.396	-13.398	-53.860
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-31.396	-13.398	-53.860

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-36.864	-32.286	-115.622
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	201.268	-9.848	-55.556
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-238.132	-22.438	-60.066
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.083	23.049	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	37.787	9.203	115.826
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-160	-34	204
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	374	409	205
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214	375	409

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626	0	-470.626
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	14.984	0	-534.584	7.974	-470.626	0	-470.626
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-31.396	269.505	238.109	0	238.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.396	0	-31.396	0	-31.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	269.505	269.505	0	269.505
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	269.505	269.505	0	269.505
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.746	0	-3.746	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.746	0	-3.746	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	18.730	0	-569.726	277.479	-232.517	0	-232.517

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	11.491	0	-544.941	0	-492.450	0	-492.450
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	11.491	0	-544.941	0	-492.450	0	-492.450
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.398	54.152	40.754	0	40.754
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.398	0	-13.398	0	-13.398
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	54.152	54.152	0	54.152
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	54.152	54.152	0	54.152
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-7.745	0	7.745	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.746	0	-3.746	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-11.491	0	11.491	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	3.746	0	-550.594	54.152	-451.696	0	-451.696

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	12.391	0	-491.981	0	-438.590	0	-438.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	12.391	0	-491.981	0	-438.590	0	-438.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.860	0	-53.860	0	-53.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.860	0	-53.860	0	-53.860
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-900	0	900	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-900	0	900	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	41.000	11.491	0	-544.941	0	-492.450	0	-492.450

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	0	8.369	52.460
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	446	5.680
7.01.02	Outras Receitas	0	7.923	46.780
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	16.087	-777	9.818
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-777	-11.918
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	16.087	0	21.736
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.087	7.592	62.278
7.04	Retenções	-5.523	-1.554	-8.720
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.523	-1.554	-8.720
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.564	6.038	53.558
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.476	33.628	55.224
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.257	16.384	-15.426
7.06.02	Receitas Financeiras	30.219	17.244	70.650
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.040	39.666	108.782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.040	39.666	108.782
7.08.01	Pessoal	9.080	10.272	11.518
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.080	10.272	11.518
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2	178	1.382
7.08.02.01	Federais	2	178	1.382
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.354	42.614	149.742
7.08.03.01	Juros	70.354	42.614	149.742
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-31.396	-13.398	-53.860
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-31.396	-13.398	-53.860

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Com particular satisfação lhes encaminhamos o relatório financeiro referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Como todos sabem, a IGB Eletrônica S.A., empresa que completou 47 anos em 2011, com muita garra, durante 4 décadas, conquistou, com seus equipamentos eletrônicos de qualidade, importante espaço nos corações e mentes de dezenas de milhões de consumidores brasileiros. Isto foi obtido, contra muitas adversidades, graças a uma equipe extraordinária, dedicada e competente.

Infelizmente, na primeira metade de 2007, a Companhia enfrentou uma crise que não deveria ter ocorrido, e que decorreu de diversos fatores, especialmente da avaliação equivocada de mudanças no mercado por esta administração, da aquisição, em momento inoportuno, de outra empresa (a Philco) e uma demora excessiva em reagir à crise de vendas em televisores de cinescópio, crise esta turbinada com a exacerbada agressividade dos novos concorrentes de origem coreana (LG e Samsung).

Naquele momento cometemos outro equívoco ao selecionar e contratar empresa de consultoria supostamente especializada em superar crises empresariais, contratação esta que se mostrou desastrosa, especialmente porque em Outubro de 2007 lhes entregamos a administração da Companhia. Diante de uma situação difícil, mas superável, através de má gestão, levaram, entre muitos outros erros, a empresa a suspender suas atividades. Um passo quase fatal.

Diante deste quadro decidimos, em Abril de 2008, reassumir a administração da Companhia, traçando imediatamente a nossa estratégia da recuperação. Muito embora o novo Plano teve prazo de implantação que se alongou em excesso, acabou sendo implantado, na íntegra e no seu formato original em meados de 2011.

Neste longo período de 3 anos atacamos os problemas da Companhia em três frentes principais: A) negociação com seus credores e B) implantação de uma nova empresa, a Cia. Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), e C) reestruturação societária.

A) Quanto aos credores decidimos que a Companhia não iria recorrer à Recuperação Judicial, caminho comum nestas situações, por entender que isto representaria uma agressão aos que confiaram na Companhia, concedendo-lhe crédito. Trilhamos o caminho muito mais difícil e trabalhoso, de buscar um acordo amigável com todos os credores, através de um alongamento de prazo, mas sem prejuízo monetário para nenhum deles, já que os créditos serão quitados com correção e juros. Obtivemos extraordinária receptividade da maioria absoluta de nossos credores (fornecedores e bancos) e logramos chegar a um acordo que depois de firmado foi levado à Justiça para homologação. Com este passo a Companhia realizou a maior e mais bem sucedida Recuperação Extra Judicial no País até os dias de hoje. No campo das dívidas fiscais, que se acumularam principalmente no período da crise, aderimos ao REFIS IV, plano de alongamento de dívidas fiscais federais. Além disto, logramos êxito pleno numa causa contra a Suframa, no STF, por unanimidade de votos. Esta vitória resultará no ingresso de uma quantia entre R\$ 287 e 318 milhões na Companhia nos próximos anos. O passivo trabalhista significativo, já que no passado a empresa chegou a empregar

Relatório da Administração

9.000 pessoas, vem sendo amortizado de forma controlada e a mais satisfatória possível.

B) Quanto à continuidade da marca, a Companhia arrendou à CBTD, a marca “Gradiente” e outros de seus ativos. Com o decisivo apoio do Banco Bradesco-BBI S.A., logramos atrair para o novo empreendimento importantes investidores que viabilizaram a CBTD. Esta, já capitalizada desde 30 de junho de 2011, está em preparativos para ingressar no mercado brasileiro no segundo trimestre de 2012, com uma estratégia inovadora de distribuição e uma excelente e atualizada linha de produtos, que, em breve divulgará.

A CBTD é gerida por um Conselho de Administração de cinco membros, dois originários desta Companhia, dois representando os novos investidores e um independente, além de uma Diretoria Executiva constituída de excelentes profissionais que estão trabalhando com entusiasmo e celeridade no novo projeto.

O arrendamento, cujo valor em 31/12/2011 está em R\$ 418,3 milhões, quitará de junho de 2013 a março de 2020, a totalidade dos débitos com credores (bancos e fornecedores) da IGB.

Aos acionistas da Companhia, reunidos na HAG caberá 40% das ações da CBTD.

C) Com referencia à reestruturação societária, temos mantido o Mercado informado por meio de Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado. Primeiramente, em reconhecimento do arrendamento da marca à CBTD, promovemos a mudança do nome da Companhia para IGB Eletrônica S.A., nome original da Companhia no início dos anos 70. Muito mais importante do que isto desenhamos um plano de abertura de capital da HAG, holding dos acionistas da IGB, de forma a nela admitir todos os minoritários que desejarem participar também da CBTD, sem prejuízo de suas participações na IGB, que passará a ser subsidiária da HAG. Estamos propondo o simultâneo fechamento do capital da IGB. Este processo todo está em curso e deverá estar finalizado, se aprovado pelo quórum mínimo dos acionistas, no início do segundo semestre deste exercício conforme cronograma já divulgado.

É muito relevante comentar que, com a realização de todas estas tarefas, a Companhia voltará a ser rentável, com isto passando a poder reconhecer, em seus relatórios financeiros, um importante ativo: um crédito fiscal de R\$ 257,0 milhões, sem prazo para prescrição, referente a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados em anos anteriores, que será aproveitado nos próximos anos.

Gostaríamos de enfatizar que graças a todos os passos acima: acordo com credores; adesão ao Refis; arrendamento de marca e de bens à CBTD; vitória no processo da Taxa Suframa; e reconhecimento de nossos créditos fiscais, a nossa Companhia, que nos últimos anos vem apresentando um Patrimônio Líquido negativo de cerca de R\$ 450,0 milhões, já o reduziu em 2011 a menos da metade e, em poucos anos, deverá passar a exibir sólido patrimônio líquido positivo, com rentabilidade sustentável.

Por termos, afinal, tido sucesso na implantação de nosso Plano e pelas perspectivas que se anunciam é que manifestamos no início deste relatório nossa particular satisfação.

Relatório da Administração

Cabe aqui um agradecimento especial pela confiança de todos os nossos acionistas que vêm acompanhando todos os passos acima relatados, apresentando sugestões e torcendo pelo nosso sucesso.

Os relatórios financeiros que esta acompanham foram preparados com o maior rigor e com o cuidado de serem minuciosamente esclarecidos nas Notas Explicativas.

Atenciosamente,
Diretoria.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

Atualmente a IGB Eletrônica S.A. ("IGB" ou "Companhia") tem como objetivo administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais, assim como do arrendamento, para a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), da marca "Gradiente", de máquinas, de equipamentos e de alguns imóveis específicos, com o fim de viabilizar, por meio desta nova empresa, a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo. Com essas medidas, a IGB tem, com sucesso, conseguido reduzir drasticamente seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e, ainda, em consonância com os requisitos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e às determinações de outras provisões similares. Os resultados reais podem, portanto, apresentar variações em relação a essas estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Ativos e passivos sujeitos à indexação

Os ativos e passivos em reais e contratualmente sujeitos à indexação são atualizados aplicando-se os índices correspondentes. Os ganhos e perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período.

Notas Explicativas

(c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, quando incidentes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(d) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

(e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável.

(f) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajuste a valor presente aos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12.

(g) Arrendamento de Ativos

A partir de 01/07/11 passou a vigorar o Contrato de Arrendamento de Ativos / Opções que a companhia celebrou com a CBTD – Companhia Brasileira de Tecnologia Digital. Através de tal contrato, a companhia realizará entre julho de 2013 e março de 2020 um resultado de R\$ 418,9 milhões, que se destinará a quitar os passivos com Credores (nota 10) nos mesmos prazos, vencimentos e indexação. Os Passivos estão incluídos no Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em maio de 2010 e posteriormente aditivado. O arrendamento refere-se a bens de propriedade intelectual (75% do valor) e parte do ativo imobilizado da empresa (25% do valor). A IGB arrendou cerca de 12% dos imóveis. Conseqüentemente não estão incluídos no arrendamento 88% dos imóveis (terrenos e edificações) e ferramental da IGB.

Notas Explicativas**(h) Consolidação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas diretas, conforme abaixo:

	Participação - %	
	2011	2010
Pókios Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A.	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

As demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior Companhia Tilestar S.A., sediada no Uruguai, foram convertidas para reais conforme a taxa do dólar norte-americano em 30 de Dezembro de 2011 - R\$ 1,8536 (31 de Dezembro de 2010 - R\$ 1,6654).

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

3. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber	49.958	49.958	49.958	49.958
Provisão para devedores duvidosos	(49.958)	(48.245)	(49.958)	(48.245)
	<u>0,00</u>	<u>1.713</u>	<u>0,00</u>	<u>1.713</u>

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

Notas Explicativas

Nesse exercício, por conservadorismo, a companhia registrou provisão no montante de 100% dos recebíveis. No entanto a companhia busca com a assessoria de escritório de advocacia especializado, receber os valores a que julga ter direito.

4. Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Produtos acabados e mercadorias para revenda	5.488	5.488	5.488	5.488
Matérias primas	27.855	27.855	27.855	27.855
(-) Provisão para perdas na realização	(32.201)	(31.059)	(32.201)	(31.059)
	<u>1.142</u>	<u>2.284</u>	<u>1.142</u>	<u>2.284</u>

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de obsolescência dos estoques devido à descontinuidade de produtos; dessa forma, a Companhia tem constituído provisões para obsolescência dos estoques e de redução ao valor de mercado, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2011 é de R\$ 32.201, avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores aos custos de reposição ou valores de realização.

Neste exercício, por conservadorismo e em virtude das mudanças em suas atividades, a companhia aumentou a provisão de perdas de 96,5% do valor contábil.

5. Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Curto prazo				
PIS e Cofins a compensar (b)	452		452	
IPI (a)	67		67	
Outros	466	415	466	415
	<u>985</u>	<u>415</u>	<u>985</u>	<u>415</u>
Longo prazo				
Taxa da SUFRAMA		66.898		66.898
Provisão para realização Taxa Suframa		(66.898)		(66.898)
Carteira de Comércio Exterior – CACEX (c)	6501	5830	6501	5830

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Precatório Telefunken e (d) IPI (a)	2885	2905	2885	2905
Total	9.386	8.735	9.386	8.735

(a) Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo compõe-se de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(b) PIS e Cofins a compensar

Corresponde ao cálculo dos créditos de PIS e Cofins sobre as depreciações e amortizações devidos.

(c) Carteira de Comércio Exterior - CACEX

Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX. Em julho de 2007 o Superior Tribunal de Justiça – STJ deferiu integralmente o crédito da Companhia, tendo ocorrido o trânsito em julgado em 14 de agosto do mesmo ano.

A Execução da Sentença foi promovida pelo patrono da causa em novembro de 2009, na qual apresentou o montante do indébito a ser repetido e qual seria a parcela devida a título de honorários contratuais e de sucumbência.

Nessa ação, a União passou a discutir somente a possibilidade de se destacar os honorários contratuais, juntamente com os de sucumbência, não questionando o montante condenatório (base de cálculo do indébito), que por sua vez restou incontroverso, não podendo haver mais nenhuma discussão quanto a certeza e liquidez do crédito apresentado pela autora da ação.

Diante desse fato, a Companhia em fevereiro de 2012 ingressou nos autos dessa Execução pleiteando o pagamento do indébito por via de precatório. Aguarda-se manifestação da União quanto ao ingresso da Companhia no processo.

Notas Explicativas

(d) Precatório da Telefunken

Em janeiro de 2011 foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição do indébito da contribuição para o FINSOCIAL), no valor de R\$1.779.860,66.

Ato subsequente foi expedido Auto de Penhora no rosto dos autos do precatório. Dessa forma, o precatório está bloqueado aguardando a liberação das penhoras sofridas nos autos das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0.

(e) Taxa da Suframa

Durante o ano de 2011, mais especificamente em 30.6.2011, foi proferida decisão pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") negando provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso Extraordinário n. 556854 interposto pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, relativamente a Ação Ordinária de Repetição de Indébito n. 2001.32.00.000903-7 interposta pela IGB objetivando fosse reconhecido o direito à repetição dos valores indevidamente por ela recolhidos a título de taxa (Taxa SUFRAMA) no período de 5.6.1991 a 14.12.1999.

Em 11.11.2011, verificou-se o trânsito em julgado da mencionada decisão.

O processo foi recentemente remetido ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento do prazo decadencial, após o que se dará início ao processo de execução de sentença, ocasião em que será apurado o valor do precatório ao qual a IGB faz jus.

Em razão disso, tal direito de crédito não se encontra, por ora, registrado nos resultados da IGB.

A título de esclarecimento, informamos que cálculos elaborados por perita independente estimam valor, atualizado até 31.12.2011, em torno de R\$ 318,3 milhões, se considerado prazo decadencial de 10 anos, ou R\$ 287,2 milhões, se considerado prazo decadencial de 5 anos, prazos estes ainda a serem julgados pelo STJ.

Notas Explicativas**6. Outros valores a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2.011	2.010	2.011	2.010
Curto prazo				
Adiantamentos a fornecedores (a)	2.961	2.653	2.961	2.653
Adiantamentos de folha de pagamento	-	154	-	154
Outros (b)	2.514	1.154	2.514	1.154
	5.475	3.961	5.475	3.961

(a) Adiantamento a fornecedores

Refere-se a pagamento de comissão feito a maior do que o devido em contrato com empresa especializada em recuperação de créditos. Esses créditos serão compensados com créditos futuros dessa empresa por força de contrato.

(b) Outros

Créditos a receber de Oliva Pinto Logística Ltda. referente a contrato firmado de cessão onerosa de direitos e benfeitorias.

7. Partes Relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de Dezembro de 2011 e de 31 de Dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquela data, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a sociedade e suas controladas e seus controladores.

(i) - Eurobonds e Respectivo Mutuo

a) Em 11.7.1997 a Companhia emitiu eurobonus no valor bruto de US\$ 100 milhões, sujeitos a juros, inicialmente de 9,5/8% a.a., e atualmente de 10% a.a., pagáveis semestralmente, e que contêm cláusulas restritivas convencionais relativas a garantias, vendas e transferências de ativos substanciais e endividamento da Companhia e de empresas controladas.

Em 11.7.2002 a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Compañia Tilestar S.A., efetuou a recompra integral dos referidos eurobonus.

b) Mutuo – As transações e saldos representados por contratos de mutuo remunerados à taxa equivalente à variação da LIBOR, adicionados de juros de 3% aa.

Notas Explicativas

c) Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nos respectivos patrimônios líquidos apurados na mesma data.

Parte Relacionadas - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Longo prazo				
Cia. Tilestar – Mútuo (b)	99.985	87.411	0	0
Investimento – Participações (c)	170.744	145.647	0	0
	270.729	233.058	0	0

Parte Relacionadas - Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Longo prazo				
Eurobonds (a)	270.729	233.057	0	0
			0	0
	270.729	233.057	0	0

ii) Partes Relacionadas / Credores

A rubrica credores a Longo Prazo contém crédito com Partes Relacionadas correspondentes a empréstimos dos controladores no valor de R\$ 5.191 mil

A IGB Eletrônica recentemente contratou escritório de contabilidade no Uruguai para confirmar os números e dados da subsidiária integral Tilestar.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconheceu créditos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Os créditos estão consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, baseados no plano de recuperação extrajudicial com credores, parcelamento de impostos e arrendamento da marca Gradiente à CBTD, conforme apresentado em detalhes nas notas explicativas N° 2g, N°10 e N°16.

Notas Explicativas

	PREJUÍZO FISCAL	BASE NEGATIVA	
	745.632	772.403	
Utilizado no REFIS	-	-	
	<u>698.082</u>	<u>772.403</u>	
PF 2010	19.444	19.444	
PF 2011	18.857	18.857	
ESTOQUE	<u>736.383</u>	<u>810.703</u>	
IRPJ e CSLL Diferidos	<u>184.096</u>	<u>72.963</u>	
Contabilização			Totais
No Patrimônio Líquido			
até 2010	179.381	71.266	<u>250.647</u>
No Resultado do Exercício			
2011	4.714	1.697	<u>6.411</u>
IRPJ e CSLL Diferidos	<u>184.096</u>	<u>72.963</u>	<u><u>257.058</u></u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
Até 01 ano		
de 01 a 02 anos	20.568	20.568
de 02 a 03 anos	43.707	43.707
de 03 a 05 anos	46.298	46.298
de 05 a 07 anos	56.500	56.500
de 07 a 10 anos	89.985	89.985
IRPJ e CSLL Diferidos	<u>257.058</u>	<u>257.058</u>

Notas Explicativas**9 Imobilizado**

Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens.

		Controladora					
		2.011			2.010		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
	Taxa depr. Anual - %						
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(13.392)	46.800	60.192	(11.810)	48.382
Máquinas e equipamentos	4	32.552	(21.832)	10.720	32.552	(19.498)	13.053
Móveis e utensílios	10	5.371	(4.995)	376	5.371	(4.645)	726
Equipamentos de informática	24	36.746	(36.742)	4	36.746	(36.684)	62
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(10.345)	2.058	12.403	(9.681)	2.721
Ferramental	13	25.935	(13.065)	12.870	25.935	(13.066)	12.870
Instalações	10	15.097	(7.851)	7.246	15.097	(6.864)	8.232
Intangível	16	94	0	94	94	0	94
		213.998	(108.223)	105.775	213.998	(102.248)	111.750

Custo Atribuído

A Sociedade efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (deemed cost). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 1º de janeiro de 2010.

A seguir apresentamos a movimentação consolidada do ativo imobilizado:

Notas Explicativas

	Taxa depr. Anual - %	2.011			2.010		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(13.392)	46.800	60.192	(11.810)	48.382
Máquinas e equipamentos	4	32.552	(21.832)	10.720	32.552	(19.498)	13.053
Móveis e utensílios	10	5.371	(4.995)	376	5.371	(4.645)	726
Equipamentos de informática	24	36.746	(36.742)	4	36.746	(36.684)	62
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(10.345)	2.058	12.403	(9.681)	2.721
Ferramental	13	25.935	(13.065)	12.870	25.935	(13.065)	12.870
Instalações	10	15.097	(7.851)	7.246	15.097	(6.864)	8.232
Intangível	16	94	0	94	94	0	94
		213.998	(108.223)	105.775	213.998	(102.248)	111.750

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Não abrange a conta ferramental.

10. Credores

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Curto prazo				
Nacionais (a)	4.400	4.082	4.404	4.086
Longo prazo				
Credores (b)	414.540	395.029	414.540	395.029
	418.940	399.111	418.944	399.115

(a) Credores nacionais a pagar no curto prazo

(b) Credores - LP – Incluem os créditos do Plano de Recuperação Extrajudicial

No dia 24 de setembro de 2009, foi firmado o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e fornecedores), representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou

Notas Explicativas

estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor.

O "Plano de Recuperação Extrajudicial" da "Gradiente" doravante denominado simplesmente "Plano" foi protocolado em Juízo no dia 09 de Dezembro de 2.009 e homologado na Justiça em 24 de maio de 2010.

Em 23 de março de 2011, foi firmado com os credores um aditamento ao 'Plano', que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento.

O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extra Judicial nº 100.09.346208-4 na 2ª. Vara de Falência e Recuperação Extra Judicial de São Paulo, passando a integrar o 'Plano' e com isto levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos ao efeito do 'Plano'.

O aditamento contém disposições gerais que definem eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação) condicionados ao EBTD e caixa mínimo da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD que pagará diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S/A.

Este aditamento determina, ainda, que o saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo 'Plano':

“ 2.1.1. Para credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais):

a) Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item “b” deste subitem;

b) Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete

Notas Explicativas

centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.

2.1.2. Para credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Os credores de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) deverão ser pagos, em parcela única, até 1º de Julho de 2.010. Esta etapa já foi realizada.

b) Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2.013; e

c) Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) deverão ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2.013, 30 de junho de 2.014 e 30 de junho de 2.015

d) Esses créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.11 pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.”

11. Salários, Encargos Sociais e Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Curto prazo				
Salários	46	2.010	46	2.059
Encargos Sociais	11.381	9.650	11.726	9.894
Provisões	47	1.019	47	1.058
	<u>11.474</u>	<u>12.679</u>	<u>11.819</u>	<u>13.011</u>

Encargos Sociais são verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI-Senai a recolher

Notas Explicativas**12. Obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	2.011	2.010	2.011	2.010
Curto prazo				
PIS e COFINS	700	648	700	648
ICMS	6.845	5.867	7.066	6.071
IPI	459	424	459	424
Imp Renda e Contrib Social	3.822	2.748	3.939	2.820
IPTU/ISS/ Etc.	10.105	8.804	10.105	8.818
	21.931	18.491	22.269	18.781

13. Provisão para Garantia de Produtos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Curto prazo				
Provisão para Garantia	1.336	0	1.336	0
Longo prazo				
Provisão para Garantia	5.343	16.217	5.343	16.217
	6.679	16.217	6.679	16.217

Provisão constituída por valores indenizatórios referente a processos de consumidor via PROCON e JEC com o percentual avaliado como procedente, estimado como o maior valor que a Cia, poderá vir a desembolsar.

14. Parcelamento de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Processos RF e PGFN	89.418	81.368	89.469	81.630
Previdenciário	3.231	2.937	3.248	2.937
	92.649	84.305	92.717	84.567

Notas Explicativas

A Sociedade optou por aderir ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. A adesão foi efetuada tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. no dia 13 de agosto de 2010. A adesão abrangeu as contribuições previdenciárias, débitos juntos a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O parcelamento foi realizado em 180 meses, com redução de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em junho de 2011 a Receita Federal do Brasil efetuou a consolidação parcial dos débitos apontados pela Companhia, a parcela não consolidada é objeto de pedido administrativo. Atualmente a Companhia cumpre com o pagamento das parcelas do REFIS já consolidada e aguarda a consolidação da parcela restante.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam processos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Dessa forma, constituiu provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

	2011			Controladora 2010		
	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisão p/ Contingências</u>	<u>Passivo Líquido</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisão p/ Contingências</u>	<u>Passivo Líquido</u>
Tributários		(38.211)	(38.211)		(34.164)	(34.164)
Trabalhistas	5.387	(24.685)	(19.298)	5.949	(19.097)	(13.148)
	5.387	(62.896)	(57.509)	5.949	(53.261)	(47.312)

Notas Explicativas

	Consolidado					
	2011			2010		
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários		(38.413)	(38.413)		(38.413)	(38.413)
Trabalhistas	5.387	(27.099)	(21.712)	5.949	(27.099)	(21.150)
	5.387	(65.512)	(60.125)	5.949	(65.512)	(59.563)

Os processos tributários têm como principal ação, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido, referente à compensação a maior de base de cálculo negativa de 31 de outubro de 1994, exclusão indevida de resultados declarados em 31 de dezembro de 1995 e de 1996 de bases de cálculos negativas referente a prejuízos anteriores a 1992.

Os processos trabalhistas correspondem a processos trabalhistas principalmente relacionados a reclamações de horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias e reconhecimento de vínculo empregatício.

16. Arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Realizável - LP				
Títulos a Receber	418.944	0	418.944	0
Exigível - LP				
Receitas Diferidas	418.944	0	418.944	0

Como previamente informado, a reinserção da marca "Gradiente" no mercado brasileiro de eletrônica de consumo ("Projeto") dar-se-á por meio da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), arrendatária da marca "Gradiente" e de outros ativos da IGB (máquinas, equipamentos e determinados imóveis), que explorará as atividades decorrentes das novas oportunidades de negócio naquele setor. Os recursos provenientes deste arrendamento quitarão diretamente o valor de R\$ 418,9 milhões contabilizado na conta credores no passivo (exigível de curto e longo prazo) da Companhia. Vide nota 2 letra g.

Notas Explicativas**17. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração era de R\$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações, sendo composto por ações escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

Classe	2.011 Quantidade	2.010 Quantidade
Ordinárias	12.504.967	12.504.967
	12.504.967	12.504.967

Todas as ações participam em igualdade de condições em todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, que porventura venham a ser deliberados pela Companhia

18. Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.746	3.746	3.746	3.746

Valor contrapartida dos ajustes iniciais referente a implantação do IFRS.

19. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Gastos com Pessoal	9.080		9.080	
Prov. p/ Créditos Liq. Duvidosa	1.713		1.713	
Prest. Serviços (Advocacia, Consultores, outros)	15.112		15.112	
Depreciação	5.523		5.523	
Gastos Gerais	1.987		1.987	
	33.415	13.853	33.415	11.826
Estorno de Prov. p/ Garantia de Produtos	(9.427)		(9.427)	
	23.988	13.853	23.988	11.826

São gastos gerais operacionais e não operacionais do exercício.

Notas Explicativas**20. Receitas e despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2.011	2.010	2.011	2.010
Receitas				
Variações cambiais e monetárias sobre fornecedores e empréstimos.	10.510	10.300	10.510	10.300
Variações cambiais sobre contratos de mútuo	16.658	3.119	16.658	3.119
Juros ativos	1.205	523	1.205	523
Juros sobre impostos a recuperar	49	187	49	187
Juros sobre contratos de mútuo	1.446	1.427	1.446	1.427
Outros	351	1.691	351	1.691
	30.219	17.244	30.219	17.244
Despesas				
Variações cambiais sobre contratos de mútuo	5.530	7.051	5.530	7.051
Variações cambiais e monetárias s/ fornecedores e empréstimos	31.480	2.800	31.480	2.800
Juros e encargos sobre empréstimos inclusive do 'Plano'	39.639	16.873	22.939	18.243
Juros com impostos	10.206	10.417	10.206	10.484
Juros passivos	1	1	1	1
Atualização monet.s/provisões p/ contingências		4.031		4.031
Despesas bancárias com cobrança e diversas	198	4	198	4
	87.055	41.177	70.354	42.614

Notas Explicativas**21. Outras despesas e receitas operacionais líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2.011	2.010	2.011	2.010
Despesas				
Impostos e contribuições s/outras operações	2	4	2	19
Provisões para estoques obsoletos	1.142	5.777	1.142	5.821
Provisões para contingências	7.216	6.290	7.216	6.472
Provisões diversas		29.927		30.260
Perda de investimentos		3.633		3.633
Outras despesas		187		203
	8.360	45.818	8.360	46.408
Receitas				
Aluguéis	5.014	5.376	5.014	5.376
Outras receitas	22.405	48.955	22.405	48.955
	27.419	54.331	27.419	54.331
	19.059	8.513	19.059	7.923

22. Fatores de risco de mercado

As atividades da Companhia e de suas controladas compreendem receitas provenientes de Royalties – arrendamento de marca e equipamentos e locação e administração de imóveis industriais e comerciais. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(a) Contrato de Arrendamento:

Não pagamento do Contrato de Arrendamento por parte da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD”

O Contrato de Arrendamento celebrado entre a IGB Eletrônica S.A e a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A foi aprovado através de assembléia de acionistas da companhia. Os prazos de pagamento do Contrato de Arrendamento estão casados com os prazos de pagamento dos credores da IGB conforme Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial já mencionado na nota 12.

(b) Contratos de Locação:

Atraso ou inadimplência nos Contratos de Locação pelas locatárias dos imóveis.

Notas Explicativas

23. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado são realizadas pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

24. Auditoria externa

Nos termos da Instrução CVM No. 381/2003 informamos que a IGB Eletrônica S.A. contratou a BC Control Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a BC Control não prestou outros serviços diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis. A nossa prática na contratação de serviços de auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da

IGB ELETRÔNICA S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IGB Eletrônica S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente mente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Conforme apresentado na nota explicativa No 7, a Companhia possui participações em controladas no montante líquido de R\$ 270.729 mil em 31 de dezembro de 2011. Devido ao fato de não termos revisado as informações constantes nos balanços das investidas naquela data, o escopo de nossos trabalhos foi limitado e não temos como opinar sobre aquele valor registrado como investimentos e partes relacionadas, bem como seu resultado de equivalência patrimonial ou possíveis efeitos que pudessem gerar a revisão dos balanços daquelas companhias em 31 de dezembro de 2011.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais, essas demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IGB Eletrônica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IGB Eletrônica S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

As demonstrações contábeis da IGB Eletrônica S.A. (Controladora) e demonstrações contábeis dessa Companhia e de suas controladas foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios das Companhias. Atualmente, com a conclusão do Projeto de Reestruturação da Gradiente e a celebração do Contrato de Arrendamento com a CBTD, a IGB passa a atuar essencialmente como administradora de bens. Com as receitas futuras oriundas do arrendamento de bens do imobilizado de valor contábil de aproximadamente de R\$ 40 milhões, conforme informado pela administração da companhia, haverá ao longo dos próximos nove anos, a amortização de R\$ 395 milhões do Passivo da IGB. A continuidade da companhia está na dependência do resultado financeiro da CBTD.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 08, a Companhia reconheceu créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social no valor de R\$257.058mil, sendo tais créditos consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, baseados no plano de recuperação extrajudicial com credores, parcelamento de impostos e arrendamento da marca Gradiente à CBTD em 31 de dezembro de 2011. A realização do crédito tributário registrado está na dependência do resultado financeiro da CBTD e ainda sujeita a possíveis questionamentos quanto ao montante pela Secretaria da Receita Federal.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

Examinamos as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de março de 2012.

Sandro Casagrande

Sócio contador

CRC SP-194140/O-9 "S" AM

BC Control Auditores Independentes S.S.

CRC SP-022159/O-0 "S" AM

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não há.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Não há.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração da Escala de Moeda e DFC.